

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-SC-AS).**  
2 Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta  
3 minutos, de forma híbrida (presencial e por videoconferência), realizou-se a sétima Reunião  
4 Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB AS SC) do ano  
5 de 2021. A Secretária Executiva, Sra. Máira Ribeiro Melo agradeceu ao município de Concórdia  
6 pela recepção. Convidou para compor a mesa, de forma presencial, o Secretário Municipal de  
7 Assistência Social de Concórdia Jaime Bernardi, o Coordenador da CIB AS SC, Secretário  
8 Estadual do Desenvolvimento Social, Claudinei Marques, a Diretora de Assistência Social da  
9 Secretaria do Desenvolvimento Social, Sra. Luciane dos Passos, a Presidente do Coegemas Sra.  
10 Maria Cláudia Goulart, o Vice-presidente do Coegemas e Secretário Municipal de Assistência  
11 Social de Lages, Sr. Jean-Pierre Ezequiel, o Secretário Municipal de Assistência Social de  
12 Caçador, Sr. Januário Atanásio dos Santos, a Secretária Municipal de Assistência Social do  
13 município de Pinhalzinho, Sra. Ivone Orso, a Secretária Municipal de Assistência Social de  
14 Joaçaba, Sandra Pinheiro. De forma virtual, convidou a compor a mesa, a Gerente de Proteção  
15 Social Básica, Maristela dos Santos e a Gerente de Proteção Social Especial de Média  
16 Complexidade, Carolina Freitas, as representantes do Conselho Estadual de Assistência Social,  
17 Norma Suely de Souza Carvalho, Vice-presidente e a Conselheira Sabrina Mores. A secretária  
18 executiva informa que os questionamentos devem ser feitos pelo chat e que serão respondidos  
19 de acordo com os temas constantes na pauta. Menciona que a reunião será gravada para constar  
20 nos arquivos da CIB AS SC. Na sequência passa a palavra ao anfitrião da casa, Secretário Jaime  
21 Bernardi, para dar as boas vindas. O Secretário Jaime Bernardi deseja boa tarde, diz que é um  
22 prazer enorme para a região de Concórdia receber a reunião, agradece ao Secretário Claudinei  
23 a presença e cumprimenta todos os participantes, online ou presencialmente, pois estes/as que  
24 fazem jus a defesa da Política de Assistência Social e deseja uma boa reunião. Sra. Máira passa  
25 a palavra para as considerações iniciais ao Coordenador da CIB AS SC, Secretário Claudinei  
26 Marques. O Secretário Claudinei diz que é um prazer estar em Concórdia, cumprimenta os  
27 representantes da mesa, agradece a acolhida e deseja uma tarde produtiva, e que o objetivo é  
28 que a política de assistência social em Santa Catarina tenha seu reconhecimento devido. Sra.  
29 Máira passa a palavra para as considerações iniciais à Presidente do Coegemas, Secretária  
30 Maria Cláudia, que agradece, deseja boa tarde a todos, cumprimenta os membros da mesa e  
31 apresenta preocupação com a duração da reunião e a volta dos participantes, sugerindo a  
32 metodologia objetiva de apenas três manifestações, pois as demandas são contempladas em  
33 discussões prévias. Em nome do Sr. Jaime e do Coegemas agradece a equipe que organizou o  
34 evento e reconhece seu trabalho. Sra. Máira passa a palavra para a Coordenadora Técnica, Sra.  
35 Luciane dos Passos, para leitura do edital. Sra. Luciane deseja boa tarde a todos, cumprimenta  
36 os participantes e e lê o edital. **1º. Verificação da presença e da existência de quórum:**  
37 confirmado; **2º. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:** A Secretária Maria  
38 Cláudia aponta que em determinados pontos da ata é tratada a situação de representantes da  
39 DIAS terem pedido fala e não terem sido contempladas como se fosse proposital, quando não foi  
40 o caso, foi uma falha técnica de som; esta informação é pós-ata. Solicita que sejam retiradas tais  
41 partes, o que é acordado e a ata aprovada com as alterações. **3º Apresentação, apreciação e**  
42 **aprovação da pauta:** São lidos os pontos de pauta, é solicitada a inclusão a respeito da data da  
43 Conferência Estadual, que é aceita, e em seguida aprovada a pauta. Os pontos de pauta  
44 referente a pactuação das datas, SC Mais Renda e SC Mais Moradia são passadas para primeiro

45 ponto de pauta. **Calendário de reuniões CIB AS SC.** A sugestão do Coegemas é de que a CIB  
46 AS SC do dia 25/11 passe para o dia 30/11, à tarde, e o Coegemas se reúna no dia 29 e no dia  
47 30 pela manhã, em Rio do Sul. Sra. Luciane questiona a mesa se há alguma manifestação  
48 contrária à alteração de data e, não havendo, esta é aprovada. **Saldo remanescente do auxílio**  
49 **emergencial SC Mais Renda.** O Secretário Claudinei abre a pauta informando que não há  
50 financeiro na Secretaria. Foi pactuado apenas o orçamento, o financeiro não existe, por isso não  
51 é possível tirar da Secretaria e transferir para a Habitação. O valor vem da Fazenda, não da  
52 Assistência Social. Afirma que seria o primeiro, se o dinheiro estivesse na assistência, a querer  
53 que ele ficasse para dividir com os municípios, pois diante da pandemia a demanda aumentou  
54 muito. Diz que para o próximo ano uma das lutas é aumentar o cofinanciamento, pois a pandemia  
55 veio e seu resultado irão permanecer. Passa a palavra para o Sr. Antônio, Gerente de  
56 Financiamento da Assistência Social (GEFAS) da DIAS/SDS para explicação técnica. Sr. Antônio  
57 inicia sua fala apontando que na Lei nº 18140 foi garantido o recurso orçamentário para o SC  
58 Mais Renda, e estabeleceu um limite de gastos: 60 milhões. Caso o governo resolvesse gastar  
59 mais, teria de ser repactuado. Não é, portanto, um gasto obrigatório. Aponta que houve um  
60 planejamento superestimado do número de pessoas que iam buscar o recurso, por isso o valor  
61 de orçamento ficou tão alto, e que o recurso orçamentário vai permanecer no FEAS, não será  
62 transferido para qualquer lugar. Enfatiza que é o orçamento, que em nenhum momento o governo  
63 fez um depósito nas contas do FEAS de 60 milhões. Por isso, não podem dizer que o recurso  
64 está garantido. Finaliza agradecendo a todos/as. O Secretário Claudinei reafirma o que foi dito  
65 pelo Gerente da GEFAS. No caso do SC Mais Moradia informa que não há lei obrigando que as  
66 pessoas beneficiadas com as casas sejam selecionadas do CadÚnico. Mas conseguiram  
67 contemplar o CadÚnico por entender que essas pessoas em suas cidades necessitam, e assim  
68 contempla também o público da Assistência Social. Prossegue, dizendo que a assistência social  
69 e a habitação são políticas diferentes, acabam sendo parecidas pela forma que estão fazendo,  
70 de contemplar as pessoas do CadÚnico. Diz que a necessidade é grande dos 61 municípios,  
71 mas sabe que é uma demanda dos 295 municípios. Questiona quais os municípios presentes na  
72 reunião têm a Secretaria de Assistência Social na mesma pasta que a Habitação e afirma que a  
73 luta destes é grande. Diz que o Governador tem sido muito sensível a essas políticas voltadas  
74 para as pessoas da ponta mais vulneráveis, e estão alcançando aos poucos: a Assistência Social  
75 teve um avanço, mas ainda não é nada perto do que a gestão queria. Acha que com uma  
76 discussão tranquila é possível ir alcançando os objetivos e colocar a Assistência Social do Estado  
77 onde ela tem que estar. Sra. Maria Cláudia expõe que pela manhã discutiram esta pauta e  
78 encaminharam três manifestações presenciais na CIB: Jaime, de Concórdia; Alexandre, de Santo  
79 Amaro; e Fabiana, de Joinville. Escolheram três municípios de portes diferentes. Pede que as  
80 manifestações sejam mais objetivas o possível em razão do tempo, mas contemplem tudo o que  
81 foi discutido pela manhã. Sr. Jaime inicia dizendo que segundo sua compreensão quando se orça  
82 é para um determinado objetivo, então o orçamento previsto foi para o SC Mais Renda, onde  
83 uma parte foi gasta e outra ficou somente em orçamento. A seu ver, é um orçamento do FEAS.  
84 Questiona como pode o valor estar orçado com um objetivo e pode ser remanejado para atender  
85 outro objetivo. [som inaudível]. O Secretário Claudinei esclarece que, caso o SC Mais Renda  
86 precise de mais valor, será colocado, mas não será remanejado para outra política porque esse  
87 valor não está dentro da Assistência Social. Sr. Jaime questiona se esse valor fará parte do SC  
88 Mais Habitação. O Sr. Antônio informa que a questão orçamentária, que é do FEAS, não irá

89 mudar. O orçamento do FEAS irá continuar na Unidade Gestora do FEAS. A Diretoria de  
90 Habitação tem orçamento próprio e vai executar o orçamento dela, não está executando o  
91 orçamento do FEAS. Não existe transferência de orçamento. Sr. Jaime reafirma que o que vem  
92 sendo passado é que o recurso “de sobra” está sendo remanejado para atender a habitação. O  
93 Secretário Claudinei afirma que houve um equívoco e reafirma que o valor da Habitação já está  
94 na Fazenda. O Secretário Jaime diz que o que querem é a garantia que o recurso permaneça no  
95 FEAS e quando seja disponibilizado o recurso sejam contemplados os municípios. O Sr.  
96 Alexandre, de Santo Amaro da Imperatriz, questiona o motivo de o recurso da Habitação entrar  
97 em pauta na CIB se é um recurso já garantido. O Secretário Claudinei explica que foi um mal  
98 entendido. O Sr. Alexandre prossegue dizendo que este é um bom momento para sensibilizar o  
99 governo estadual, já que temos orçado um valor significativo, e seria bom aportar o restante e  
100 dividir entre os municípios. O Secretário Claudinei afirma que não depende apenas dele, mas  
101 também do Financeiro do Estado. A Sra. Fabiana deseja boa tarde a todos, faz a reflexão de que  
102 há tempos a Política de Assistência Social não tem financiamento e recurso, de forma que  
103 municípios sentem-se abandonados. A Secretária Maria Cláudia informa que o Secretário  
104 Claudinei tem o compromisso de levar o pleito ao governador e o Coegemas tem disponibilidade  
105 para acompanhar. Reconhece o mérito e objetivo do SC Mais Renda como louvável, aponta que  
106 por uma série de razões, como poucos investimentos para a atualização do CadÚnico, não  
107 chegaram ao número esperado de famílias contempladas. Solicita que as capacitações sejam  
108 uma prioridade na gestão estadual deste importante instrumento. Afirma que o sentimento após  
109 ter sido orçado 60 milhões e não terem utilizado é de perda, aponta a importância do recurso e  
110 pede que seja pactuado como recurso extraordinário. Informa que o Coegemas realizou um  
111 formulário Google e repassou as respostas, indicando que o desejo principal é que seja  
112 repassado aos municípios para o pagamento de benefícios eventuais. A Secretária Patrícia, de  
113 Blumenau, complementa questionando as falas e reportagens, que deram a entender que de fato  
114 o recurso estava já no FEAS, e sugere que o CEAS faça análise da movimentação financeira e  
115 traga para a CIB caso ainda restem dúvidas. Sra. Janice Merigo, da Federação Catarinense de  
116 Municípios (FECAM), destaca a importância de a Gestão Estadual organizar a questão dos  
117 Fundos Estaduais, em especial da Habitação, não se estruturou uma Secretaria de Estado na  
118 área de Habitação, a informação é que não existe um Conselho específico na área de Habitação.  
119 Sugere que junto com o pensar de uma Política Habitacional se pense o Controle Social e o  
120 Fundo Estadual de Habitação, de uma forma mais concreta. Reforça que as falas dos municípios  
121 vieram de notícias e áudios compartilhados que deixavam clara a possibilidade de pactuação do  
122 saldo do recurso para a Habitação. A Sra. Luciane agradece as manifestações e reforça que vêm  
123 no mesmo objetivo, de garantir o recurso para a Política de Assistência Social. A Sra. Norma,  
124 Vice-Presidente do CEAS, deseja boa tarde a todos e todas e informa que o Conselho aprovou  
125 em sua última plenária uma Nota sobre o assunto e lê parte da Nota. **População indígena e**  
126 **imigrante.** Sra. Luciane abre o ponto informando que a pauta foi solicitada em reunião de  
127 alinhamento entre SDS e Coegemas e vem sendo tratada ao longo do ano. Diz que a Gerente  
128 de Igualdade Racial da Diretoria de Direitos Humanos, Sra. Regina Suenes, está participando de  
129 dois Grupos de Trabalho, a respeito da população indígena e dos imigrantes e pede que faça  
130 uma atualização do que vem sendo trabalhado nos GTs. Sra. Regina inicia informando que está  
131 vindo de um Simpósio, em Chapecó, que trabalhou especificamente a questão do migrante no  
132 Oeste de Santa Catarina. Diz que Jaime, presente na mesa, faz parte do GT, iniciado há pouco

133 tempo, e que foi dito em CIB que era necessário uma materialidade em relação à questão  
134 migratória. Informa que o trabalho do momento consiste em projeções, discussões a respeito de  
135 que forma vão tratar a questão documental do migrante no estado de Santa Catarina. Aponta  
136 que no evento de Chapecó estava presente a Polícia Federal, alguns integrantes do GT, e foi um  
137 grande evento. Estão em um trabalho intenso diante de uma questão complexa, e em uma  
138 tratativa com o Secretário Estadual para estar melhorando o trabalho em relação à  
139 documentação nos municípios, inclusive foi tirada uma Comissão para materializar uma proposta  
140 de ação conjunta com a Polícia Federal. Diz que após as tratativas irão publicizar melhor. Em  
141 relação à questão indígena, sabem da caminhada e da questão difícil que foi a mobilidade, já  
142 tratada em CIB, não é uma tarefa fácil. Tem pouca coisa enquanto Estado. A gestão estadual  
143 vem do GT Indígena, que estão organizando um planejamento de ação para o início do ano sobre  
144 a questão da mobilidade. Estão fazendo tratativas com municípios que já se organizaram em  
145 relação a mobilidade, provavelmente vai ser bem acirrado no verão, e estão fazendo articulações,  
146 como com o Conselho do Artesanato, com a SDE. Existem questões que precisam articular com  
147 outros municípios, como Florianópolis, pois a mobilidade não é simples. Diz que está feliz, pois  
148 no GT indígena estão vendo a participação do povo indígena, já que precisam escutá-los para  
149 estruturar este trabalho. Relembra que na CIB anterior pediram ajuda em relação ao imigrante e  
150 agradece a participação da Associação dos Municípios catarinenses no GT, com essa integração  
151 é que vêm avançando na temática. Sra. Luciane agradece, diz que já vão entrar em um novo ano  
152 e a questão do deslocamento, como trazido, é importante. Passa a palavra para o Secretário  
153 Claudinei e posteriormente para o Coegemas, que tem a sugestão de encaminhar uma reunião.  
154 O Secretário Sr. Claudinei lembra que há uma reunião de alinhamento dia 03/11. A Sra. Regina  
155 confirma a reunião, com a Polícia Federal, para alinhar a questão da documentação migratória.  
156 A Secretária Maria Cláudia diz que ficou acordado no Coegemas que no dia 29/11, à tarde, irão  
157 debater a respeito da questão dos imigrantes e indígenas em Rio do Sul. O Secretário Claudinei  
158 diz que no dia 29 estarão presentes a Diretora de Direitos Humanos e Regina, para fazer uma  
159 discussão ampliada na reunião mencionada. O Secretário Jean Pierre confirma o que foi  
160 acordado: que após a reunião em Chapecó, quinta-feira, o Estado irá dar um retorno dia 29. O  
161 Secretário Claudinei cita o exemplo de Guatambu, uma cidade de 5mil habitantes onde há 500  
162 imigrantes, ou seja, 10% da população, por isso é uma política que necessita ser discutida com  
163 mais afinco. O Secretário Jaime, de Concórdia, expõe que gostariam que a SDS os ajudasse da  
164 seguinte forma: Fizeram solicitação de recurso a nível federal, mas ele demora, desde julho  
165 somente Chapecó e Xaxim receberam. Diz que o processo com o pedido está em Brasília, para  
166 sair uma nova Portaria, e pede contribuição do estado para que saia em breve. Solicita também  
167 que, na reunião com a Polícia Federal, se oriente a seguirem o mesmo protocolo em todos os  
168 postos de Polícia Federal, assim como aumentar o número de vagas para que possam atender  
169 as pessoas. Enfatiza que a questão indígena e migratória vai crescer no final do ano. Sugere que  
170 seja traçado um acordo/regramento do ir e vir, juntamente com a FUNAI e Caciques das aldeias,  
171 em que o indígena saiba o quanto ele pode ficar no município, senão daqui a pouco haverá uma  
172 “mini aldeia” no município, o que gera um trabalho seríssimo para a Secretaria de Assistência  
173 Social de acompanhamento do imigrante e do indígena. O Secretário Claudinei informa que no  
174 dia 09 e 10 do próximo mês irá a Brasília, terá reunião com a Secretária Nacional de Assistência  
175 Social, Maria Yvelônia, assim como com o Ministro da Cidadania e irá levar essa pauta. Outra  
176 pauta que levará é a questão do cofinanciamento federal, que o governo não tem repassado aos

177 municípios, o que tem dificultado muito os trabalhos. A Secretária Ivone Orso, de Pinhalzinho,  
178 aponta que na reunião do Coegemas, de manhã, foi trazido a questão do recurso de 6 (seis)  
179 parcelas 400 (quatrocentos) reais por venezuelano e acha que é importante ter um  
180 esclarecimento nos municípios quanto a utilização deste recurso, pois não está claro nos  
181 municípios que é apenas para acolhimento. Sugerem ao Secretário Claudinei que o governo de  
182 Santa Catarina deveria, enquanto estado, garantir um recurso para o imigrante e para o indígena,  
183 para que não fiquem dependentes de Brasília. Resgata a PEC do 1%, e pede que os(as)  
184 assistentes sociais e secretários mobilizem seus deputados, vereadores, prefeito para a  
185 aprovação, pois é uma garantia; para que a assistência social não continue com o pires na mão  
186 sempre que precisa. Provavelmente com a garantia do 1% Federal consegue-se a garantia  
187 também do estadual e municipal. Solicita que o Secretário Claudinei lute por essa pauta em  
188 Brasília. O Secretário Claudinei reafirma que juntos é possível ir longe e que uma reunião  
189 pacífica, onde se faz o diálogo sem agressão, vai lograr muito êxito para nosso estado. O  
190 Secretário Gilmar responde a gestora de Pinhalzinho informando que a Portaria nº 641 delimita  
191 em que se pode gastar o recurso, acrescentando que o acolhimento inclui todo o  
192 acompanhamento socioassistencial. Sra. Luciane resgata os encaminhamentos e acrescenta  
193 que dia 30/11 irão dar continuidade a essa pauta na CIB AS SC. Diz que pela manhã  
194 acompanharam alguns pontos da reunião do Coegemas, onde foi colocada a ausência do Estado  
195 na reunião, então esclarece que a reunião é do Coegemas, um momento dos municípios, e o  
196 Estado só vem quando é convidado, respeitando a autonomia dos municípios. Sra. Regina  
197 agradece a presença e participação de todos, se coloca a disposição. **Doações e a Política de**  
198 **Assistência Social - Apresentação da Câmara Técnica da CIB AS SC.** Sra. Luciane abre a  
199 pauta informando que Maria Eunice fará a fala inicial e na sequência Samantha, representante  
200 da Câmara Técnica da CIB irá fazer a apresentação. Sra. Maria Eunice, coordenadora da Câmara  
201 Técnica da CIB AS SC, inicia ressaltando que o objetivo da manifestação vem ao encontro da  
202 política do SUAS, onde as doações foram analisadas exclusivamente no sentido de um período  
203 de calamidade por meio de uma resolução posta pelo Ministério da Cidadania e que o documento  
204 em si vai estar apresentando justamente isto, os benefícios eventuais não podem ser substituídos  
205 por doações, há uma limitação clara no documento de que as doações vão no período onde há  
206 o decreto de calamidade instituída. Sra. Samantha (representante Câmara Técnica da CIB) inicia  
207 sua fala informando que o documento foi muito estudado pela Câmara Técnica e se tratou de um  
208 período angustiante a confecção dele, em seguida faz a leitura do documento. Sra. Luciane  
209 agradece e fala a mesa que a Câmara Técnica terminou o estudo, lembra que haviam  
210 encaminhado de que em novembro trouxessem as manifestações, foi feito o estudo para que  
211 possam colocar em aprovação a manifestação da Câmara. [inaudível]. É pedido a palavra por  
212 uma usuária no chat. A Secretária Executiva Maíra Ribeiro diz que é possível abrir uma exceção  
213 para que a usuária faça a fala desta vez, mas pensa que a reunião da CIB e do Coegemas é uma  
214 reunião de gestores, e esta excepcionalidade não pode tornar-se regra. O Secretário Claudinei  
215 aponta que por ser uma reunião de gestores, a fala deve ser restrita a estes, qualquer  
216 manifestação é possível ser mandada em uma carta ao Coegemas ou à CIB, onde respondem,  
217 não abrirá exceção para não criar um vício. É colocada em aprovação a Nota da Câmara  
218 Técnica, sendo a mesma aprovada. **Transborde do INSS - Informe da necessidade dos**  
219 **municípios enviarem as demandas que estão ocorrendo.** Sra. Luciane dá início a discussão  
220 informando que é um assunto recorrente à CIB, convidaram o INSS para comparecer a diversas

221 reuniões de CIB e tirar dúvidas, mas devido a agenda não conseguiram estar presentes, vão  
222 tentar novamente em novembro. Passa a palavra a Juliana, técnica da SDS, para dar um informe.  
223 Sra. Juliana pontua que foi expedida uma Orientação Conjunta em julho, e após essa  
224 manifestação com a Superintendência da Regional Sul receberam, enquanto Diretoria,  
225 manifestações de três municípios registrando a demanda de transborde da Previdência Social.  
226 O pedido, enquanto Gestão do Trabalho, é que as equipes se organizem, dentro do possível,  
227 registrem as demandas de transborde e encaminhem à SDS. Diz que entendem que esta  
228 demanda é maior do que a de apenas três municípios. Refere que foi encaminhado o que  
229 receberam para a Superintendência Regional, foi dado um encaminhamento em âmbito regional  
230 junto com as agências de Previdência e é importante que os municípios se organizem e  
231 encaminhem a demanda para que possam expressar o tamanho da necessidade. Sra. Luciane  
232 agradece e reforça que como estão com tratativas com o INSS precisam da manifestação dos  
233 municípios por escrito para que se confirme que há realmente o transborde. Sra. Marciane,  
234 técnica do órgão gestor do município de Nova Itaberaba, aponta que a questão de que apenas  
235 três municípios encaminharam a demanda não condiz com a realidade, devem-se considerar  
236 todos os levantamentos de demandas feitos anteriormente pelas Associações, já repassadas  
237 para a SDS, a situação do ano passado não mudou e considera que há um levantamento grande  
238 de informações para justificar a questão. Sra. Sabrina, Gerente de Gestão do SUAS e  
239 representante do CEAS informa que participaram de uma reunião onde foi conversado com a  
240 Superintendência a questão do transborde, apresentaram a devolutiva desta reunião em CIB de  
241 julho. Afirma que o combinado com a Superintendência foi de que, a partir desta reunião, o  
242 município que continuasse recebendo essas demandas fizesse o encaminhamento por e-mail à  
243 SDS. Sabem que o transborde é de longa data, têm consciência das demandas anteriores, porém  
244 o INSS está reavaliando com a equipe técnica a questão do atendimento, então reafirma o pedido  
245 de que os municípios encaminhem para a Secretaria para que possam documentar.

246 **Regionalização - Apresentação dos questionários.** Sra. Luciane abre a pauta passando a  
247 palavra para Carolina Freitas, Gerente de Proteção Social Especial de Média Complexidade,  
248 presente de forma virtual, e em seguida para Maíra Ribeiro, Gerente de Proteção Social Especial  
249 de Alta Complexidade, de forma presencial, para que apresentem aos municípios o retorno a  
250 respeito dos questionários sobre regionalização. A Sra. Carolina agradece o apoio de Janice e  
251 Dr. João Botelho e inicia sua apresentação, mas devido a problemas técnicos na apresentação  
252 não foi possível continuar a apresentação. A Secretária Maria Cláudia sugere que encaminhem  
253 por e-mail a apresentação para que os municípios tenham acesso e na CIB seguinte em Rio do  
254 Sul seja aberto um momento para debate. A Sra. Carolina faz então uma apresentação resumida  
255 dos estudos a respeito da regionalização de equipamentos de Média Complexidade no estado  
256 de Santa Catarina, apontando que as mesmas regiões e demandas do estudo de 2013 estiveram  
257 presentes no estudo de 2020. Sra. Maíra Ribeiro, Gerente de Proteção Social Especial de Alta  
258 Complexidade inicia sua fala agradecendo aos que participaram dos estudos, em especial Camila  
259 Nélsis e Maicon Medeiros, que estiveram na Gerência antes e pensaram o questionário e o  
260 diagnóstico, aponta que há um material bem rico para trabalhar, que fizeram uma apresentação  
261 rápida para a CIB e irá continuar trabalhando as informações constantes nos questionários. Em  
262 seguida, faz a apresentação dos estudos de regionalização dos serviços de Alta Complexidade  
263 no estado, salientando as regiões e os serviços onde mais há demanda não suprida. A Sra.  
264 Carolina Freitas complementa expondo as dificuldades enfrentadas para a regionalização, tais

265 sejam: é necessário ter uma equipe de vigilância do Estado qualificada; não há equipe suficiente  
266 para monitorar e prestar apoio técnico aos municípios contemplados, hoje há apenas uma  
267 servidora efetiva na Média Complexidade e uma estagiária; uma na Alta Complexidade e uma  
268 estagiária. Em 2013, por exemplo, havia oito servidoras efetivas e quatro estagiárias; não há  
269 sistema de monitoramento do Estado, não conseguem acompanhar as atividades que os  
270 municípios executam e como estão sendo ofertados os serviços. Para cofinanciar uma equipe na  
271 gestão, precisam deste sistema, para abrir um Termo de Aceite para o município se comprometer  
272 a ter esta equipe, ter um cofinanciamento específico para esta equipe; o repasse regular e  
273 automático de recursos; a Central de acolhimento mencionada para a Alta Complexidade  
274 necessita de uma equipe do Estado; não houve a previsão orçamentária para este serviço no  
275 PPA (Plano Plurianual); além da ausência de recurso federal. Se coloca à disposição, assim  
276 como Maíra, acrescentando que os estudos não finalizaram e é possível retomar a discussão no  
277 GT de Regionalização. Sra. Maíra agradece a todos, diz que repassarão ao Coegemas o Plano  
278 impresso para depois voltar a discussão. Entende que talvez não consigam contemplar toda a  
279 regionalização, são serviços que seriam onerosos tanto para os municípios quanto para o Estado.  
280 Sra. Luciane agradece a apresentação das servidoras, ressalta os desafios apresentados à  
281 gestão estadual e a tarefa de retomar o GT de regionalização, com os dados e informações, a  
282 questão do custo e da falta de recurso do governo federal. Sra. Maíra sinaliza que a Resolução  
283 31 aponta como maior demanda os serviços para Crianças e Adolescentes e Adultos e Famílias,  
284 ou seja, também está desatualizada. Informa que houve uma reunião do GT, onde o Coegemas,  
285 FECAM e o Ministério participaram em que informaram que estão pensando novas  
286 possibilidades, pois hoje não vai haver expansão dos serviços a nível federal e também vão rever  
287 a questão do público. Por exemplo, a questão da pessoa com deficiência não receberia recurso  
288 já que não está contemplada na Resolução. Sra. Carolina apresenta que também pontuaram a  
289 dificuldade que o próprio país teve em implementar o serviço regionalizado, apenas 5 estados  
290 têm CREAS regional, o estado da Paraíba é uma exceção à regra. O Ministério da Cidadania  
291 quer rever a Resolução para pensar novas estratégias de regionalização, é uma discussão que  
292 precisa ser debatida em CIT (Comissão Intergestores Tripartite). A Sra. Neuza representante  
293 da AMAUC diz que em sua região têm duas unidades de acolhimento consorciadas e o custo  
294 para cada município de Pequeno Porte é por volta de 13, 15, 17 mil, o que é muito para estes  
295 municípios. Se observassem como uma primeira medida um olhar sobre aquilo que já têm  
296 construído, em termos de acolhimento e consórcio ficaria mais fácil de implantar. Aponta os  
297 municípios de Lindóia, Itá, Catanduvas e Capinzal, que têm unidades de acolhimento  
298 consorciadas com alto custo para os municípios pequenos. **Organização das reuniões da CIB**  
299 **AS SC.** Sra. Luciane introduz a pauta apresentando o que foi acordado na reunião de  
300 alinhamento, de que as pautas devem ser tratadas em reunião de alinhamento. Aponta que  
301 sabem da discussão feita no Coegemas pela manhã e pede que possam estar avaliando para  
302 que, quando surgissem estas pautas de urgência, o estado construa um pouco mais e traga  
303 respostas mais concretas. Que a Diretoria do Coegemas consiga se organizar para esta pauta  
304 de alinhamento, de forma aos gestores já conseguirem se manifestar anteriormente sobre as  
305 solicitações de pautas. Solicita então ao Coegemas que as pautas sejam verificadas com este  
306 cuidado de ser possível resolver no dia ou deixam para a próxima reunião. Traz também que, a  
307 respeito das reuniões híbridas houve problemas com o som em Lages e no momento também,  
308 pondera que seria melhor realizar as reuniões de forma presencial para sanar as dúvidas e

309 realizar os encaminhamentos conjuntamente. Informa que a equipe técnica da DIAS tem uma  
310 manifestação a fazer nesta reunião. Desta forma, passa a palavra para Sra. Jaqueline, técnica  
311 da Gerência de Benefícios, Transferência de Renda e Programas, da DIAS/SDS para que se  
312 manifeste em relação ao ocorrido na última reunião da CIB em Lages, onde servidoras do estado  
313 que compões a Mesa não conseguiram falar. Sra. Jaqueline lê a manifestação elaborada pelas  
314 técnicas da DIAS/SDS SC. Complementa apontando que, de forma muito respeitosa, pois a CIB  
315 sempre foi um espaço de pactuação, todas as discussões feitas na Comissão reforçam o trabalho  
316 técnico, mas em alguns momentos percebem que há um desrespeito com o trabalho técnico feito.  
317 Pede, de forma respeitosa, que tratem os técnicos com o mesmo respeito que gostam de serem  
318 tratados. Sra. Luciane complementa observando que, como o Coegemas, que traz as suas  
319 manifestações, a equipe da SDS também tem este direito, reforça que a equipe técnica elaborou  
320 este documento e ela enquanto Diretora não participou. A Secretária Maria Cláudia retoma os  
321 trâmites que se sucederam nas reuniões virtuais e híbridas e aponta que o estado deve fazer um  
322 esforço para participar presencialmente, assim como os municípios fazem, pois poucos  
323 representantes da SDS tem ido presencialmente. Diz que a questão da falta de recursos  
324 humanos também existe nos municípios e resgata a pauta de doações e a política de assistência  
325 social, pauta com disputas. Propõe, enquanto Coegemas, que a participação possa ser híbrida,  
326 mas que os membros da mesa devam estar presencialmente. A Sra. Maíra explica que a posição  
327 da SDS em relação às doações e a política de Assistência Social foi uma solicitação do próprio  
328 Coegemas em CIB, em que Maria Cláudia não estava presente. Sra. Luciane reforça que o termo  
329 “proibido” não estava na Orientação Técnica, e sim “não devem”, aponta também que o assunto  
330 já foi explicado e tratado diversas vezes em CIB, e sairá uma Nota Técnica conjunta do estado  
331 com o Ministério da Cidadania. O Secretário Claudinei sugere fazer uma Resolução definindo  
332 que só terá direito a voto o participante da mesa que estiver presencialmente, o que fica  
333 pactuado. **Conferência de Assistência Social.** Sra. Maria Cláudia abre a pauta explicando que  
334 a solicitação trazida pela Sra Neuza, assessora técnica da AMAUC é de que se faça uma revisão  
335 da Conferência no CEAS, pois será um evento com 1800 pessoas durante todo o dia, de forma  
336 híbrida, tem a questão da alimentação que não será garantida. Aponta como opção que seja  
337 presencial, com os municípios elegendo representantes para a estadual, ou diminuir o número,  
338 pensar em formatos que garantam que a Conferência não seja só para “cumprir tabela”. A  
339 Senhora Neuza da AMAUC reforça a fala apontando que uma sala virtual com 1800 pessoas  
340 durante um dia inteiro de trabalho é inviável. Sugere uma lógica de trabalho macrorregional, como  
341 a Educação, pensando que cada região tem a sua peculiaridade, poderia ter um alinhamento de  
342 Conferência regionalizada, que pudessem eleger um mínimo pequeno de delegados que  
343 representasse e, mesmo de forma virtual, que se tivesse condições técnicas de se realizar, e  
344 considera que até dezembro há tempo para tal. Sra. Sabrina, representante do CEAS, aponta  
345 que a preocupação do CEAS é também em relação a qualidade da participação dos delegados  
346 pelo chat, aproximadamente 1800 pessoas, então pedem que aguardem um pouco. Informa que  
347 faz parte da Comissão Organizadora da Conferência Estadual e estarão se reunindo para ver  
348 qual encaminhamento podem dar em relação à proposta dos municípios, para posterior  
349 deliberação do Conselho como um todo. **Informes.** Sra. Luciane avisa que os Informes serão  
350 enviados por escrito. A Sra. Maristela informa que o Ministério da Cidadania fez uma mudança  
351 na aferição dos usuários do Serviço de Convivência, mais detalhes podem ser verificados no  
352 Informe enviado por escrito. Solicita que mantenham o CadSUAS atualizado pois há e-mails



353 retornando. O Sr. José Paulo tenta dar um informe em relação ao BPC, mas por questões  
354 técnicas de áudio não consegue. **Encerramento.** Sra. Máira passa a palavra à Presidente do  
355 Coegemas, Sra. Maria Cláudia para considerações finais, que agradece a todos pela tarde de  
356 trabalho. É passada a palavra ao Secretário Claudinei para considerações finais, que agradece  
357 a todos, aos municípios, a participação de forma democrática em prol da Política de Assistência  
358 Social. Nada mais havendo a tratar, eu Máira Ribeiro Melo – Secretária Executiva da CIB AS SC,  
359 lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB  
360 AS SC.